



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

BOLETIM OFICIAL

PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

DECRETO Nº 017/2025

*DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VII
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE
TAPEROÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e da realização das conferências de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de promover amplo debate com a sociedade civil, gestores, trabalhadores e usuários do SUS acerca das políticas públicas de saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Taperoá-PB, que aprovou a realização da Conferência Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal de Saúde de Taperoá-PB, a realizar-se no dia 07 de novembro de 2025 (quinta-feira) às 08h30 da manhã, no Salão Paroquial, neste município.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: **“Desigualdades em Saúde e Determinantes Sociais: O Desafio da Integralidade no SUS Municipal.”**

Art. 3º A Conferência Municipal de Saúde tem por objetivo discutir, avaliar e deliberar diretrizes para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Município de Taperoá, subsidiando o planejamento das ações e serviços para o próximo período de gestão.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Saúde, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, a coordenação, organização e execução das atividades preparatórias e da realização da Conferência, conforme regulamento próprio.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taperoá-PB, 01 de outubro de 2025.


George Ciro Monteiro de Farias
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

LEI MUNICIPAL Nº 441/2025

Dispõe sobre a criação do PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA RURAL DE TAPEROÁ (PMADZR), estabelece diretrizes e ações para promoção da segurança hídrica, fortalecimento da agricultura familiar, melhoria de infraestrutura rural e acesso a serviços públicos, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal, no uso de suas atribuições regimentais APROVA e o Prefeito do Município de Taperoá PB, também no uso das atribuições que lhes são conferidas SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES E DEFINIÇÕES

Art. 1º - Fica criado o PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA RURAL DE TAPEROÁ (PMADZR), com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades rurais do município, reduzindo desigualdades, garantindo segurança alimentar e hídrica, e melhorando o acesso a serviços públicos essenciais.

Art. 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Zona Rural: as áreas do território municipal pertencentes a povoados, sítios e propriedades rurais reconhecidas pelo município;

II - Agricultura Familiar: atividades agropecuárias desenvolvidas por pequenos e médios agricultores, com predominância de trabalho familiar;

III - Segurança Hídrica: disponibilidade e acesso adequado de água para consumo humano, produção e atividades domésticas.

CAPÍTULO II - DAS AÇÕES E INSTRUMENTOS

Art. 3º - São diretrizes do PMADZR:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

I - promoção da segurança hídrica por meio de obras e tecnologias adequadas ao semiárido (adubação do solo, cisternas, barreiras de contenção, pequenas barragens, sistemas de captação e armazenamento de água);

II - fortalecimento da agricultura familiar com assistência técnica e extensão rural, incentivo à agroecologia, acesso a sementes melhoradas e ao Programa Municipal de Compra da Agricultura Familiar (PMAF),

III - melhoria da Infraestrutura rural (manutenção e construção de estradas vicinais, passagens molhadas ou pequenas pontes e acessos escolares e de saúde);

IV - ampliação do acesso a serviços públicos (saúde, educação, assistência social, transporte escolar e energia);

V - estímulo à comercialização local e regional (feiras, cooperativas, agroindústrias familiares, apoio à certificação e comercialização direta);

VI - promoção de capacitação, formação e geração de renda (cursos, oficinas, Incubadoras e suporte a empreendimentos rurais);

VII - preservação ambiental e práticas sustentáveis (recuperação de áreas degradadas, recuperação de matas ciliares, conservação do solo);

VIII - inclusão digital e melhoria do acesso à informação (pontos de internet comunitários, capacitação em tecnologias da Informação).

Art. 4º - Os instrumentos para execução do Programa incluirão, entre outros:

I - convênios e parcerias com governos estadual e federal, instituições de pesquisa (Embrapa, universidades), organizações não governamentais e cooperativas;

II - utilização de recursos do orçamento municipal, incluindo dotações específicas;

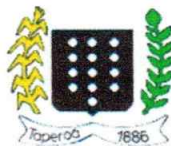
III - aproveitamento de programas e fundos externos (Fundo Constitucional, Programas de convivência com a seca, Banco do Brasil/PRONAF/PRONAMP, Projeto COOPERAR, Banco do Nordeste/linhas de crédito);

IV - criação de linhas de crédito subsidiadas e de Banco de Máquinas e Implementos Agrícolas Municipal;

V- ações de integração intersetorial entre as Secretarias Municipais de Agricultura, Infraestrutura, Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente e Planejamento.

CAPÍTULO III - DOS BENEFICIÁRIOS E DA GESTÃO

Art. 5º - Serão beneficiários prioritários: agricultores familiares, mulheres rurais, Jovens rurais e populações em situação de vulnerabilidade na zona rural.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

Art. 6º - Fica instituído o Comitê Gestor do PMADZR, composto por representantes da Prefeitura Municipal (Secretarias citadas no Art. 4º), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de associações e cooperativas rurais, e de entidades da sociedade civil, competindo ao Comitê:

- I- elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS);
- II- acompanhar, monitorar e avaliar as ações do Programa;
- III- propor ajustes e ações emergenciais em períodos de seca e crise;
- IV- fomentar a participação social e a transparência da gestão.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS E DA EXECUÇÃO

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementações e convênios, sem prejuízo de outras fontes de financiamento.

Art. 8º - A implementação do PMADZR deverá observar critérios de prioridade social e territorial, com atenção especial as famílias em situação de insegurança hídrica e alimentar.


CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 9º O Poder Executivo apresentará ao Legislativo, anualmente, relatório de execução física e financeira do PMADZR, com indicadores de impacto social (renda, produção, número de cisternas instaladas, estradas recuperadas, famílias atendidas, entre outros).

Art. 10º Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Taperoá, 01 de outubro de 2025.


George Ciro Monteiro de Farias
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA R Nº 004/2025

Taperoá-PB, 01 de outubro de 2025.

O Presidente do IPMT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, Lei Complementar nº 005/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a **Portaria nº 011/2023**, que passa a conter seguinte redação:

Art. 2º - Conceder à Sra. **MARIA GRACINETE FERREIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Matrícula nº 630, lotada na Secretaria de Educação do Município de Taperoá-PB, **APOSENTADORIA POR IDADE**, com fundamento no Art. 40, §1º, III, "b" da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/2003, com proventos calculados pela Média, nos termos do Art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 005/2009 e reajuste pelos mesmos índices do Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 40 da Lei Complementar Municipal nº 005/2009.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/12/2023.


ANDRÉ BATISTA DE QUEIROZ
Presidente do IPMT



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA R Nº 005/2025

Taperoá-PB, 01 de outubro de 2025.

O Presidente do IPMT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, Lei Complementar nº 005/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a **Portaria nº 001/2024**, que passa a conter a seguinte redação:

Art. 2º - Conceder ao Sr. **ADEMIR ALVES PEREIRA**, ocupante do cargo de **REGENTE DE ENSINO I**, Matrícula nº 1686, lotado na Secretaria de Educação do Município de Taperoá-PB, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no Art. 3º, I, II e III da EC nº 47/2005, com cálculos estabelecidos pelo caput do Art. 3º da EC nº 47/2005 e reajuste pela paridade, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º da EC nº 47/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2024.


ANDRÉ BATISTA DE QUEIROZ
Presidente do IPMT



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA R Nº 006/2025

Taperoá-PB, 01 de outubro de 2025.

O Presidente do IPMT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, Lei Complementar nº 005/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a **Portaria nº 010/2023**, que passa a conter a seguinte redação:

Art. 2º - Conceder à Sra. **LUCIA MARIA DINIZ NEVES**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Matrícula nº 0033, lotada na Secretaria de Educação do Município de Taperoá-PB, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no Art. 6º, I, II, III, e IV, da EC 41/2003, com cálculos estabelecidos pelo Art. 6º, caput, da EC 41/03 e reajuste pela Paridade, conforme Art. 2º da EC 47/2005 c/c Art. 7º da EC 41/2003.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/12/2023.


ANDRÉ BATISTA DE QUEIROZ
Presidente do IPMT



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

PORTARIA Nº 166/2025

O Prefeito Constitucional do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos que preceitua a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais Legislações em vigor:

R E S O L V E:

Convocar o Sr. **DANIEL SILVA DINIZ**, para compor o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Taperoá - Paraíba, em substituição do afastamento médico, para cuidar de terceiros, pelo período de 30 (trinta) dias da conselheira tutelar Angelita Severiano Dantas.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Taperoá-PB, 01 de outubro de 2025.


GEORGE CIRO MONTEIRO DE FARIAS
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2025

Mês: outubro

Nº LI

Publicado em 01 de outubro de 2025

EXPEDIENTE



Boletim Oficial
PODER EXECUTIVO
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

George Ciro Monteiro de Farias
Prefeito

End.: Rua Ariano Suassuna, Nº 363 - Centro
Cep.: 58.680-000 – Taperoá – PB

Fones: (83) 3463-2581/3463-2035
Email: gabinetetaperoapb@gmail.com